



EDITAL

Informam-se todos os interessados que nos termos do Artigo 14º. nº. 1 e 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, foi convocada uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Setúbal, para o dia 11 de Junho de 2015, pelas 21.00h, na sede do **GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DO BAIRRO DO LICEU**, sito na Av. de Moçambique nº 12, s c/v 1, 2900-082 Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

A) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

B) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

C) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. ELEIÇÃO DE QUATRO VOGAIS PARA O EXECUTIVO;
2. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE;
3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS;
4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO ASSOCIATIVO;
5. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONCURSO

Aviso nº 2116/2015 publicado no Diário da República nº39 de 25 de fevereiro 2015

(Procedimento Concursal com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinável destinado a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público previamente constituída – Aprovado em Assembleia no dia 18 de dezembro/2014).

Setúbal, 04 de junho de 2015

A Presidente da Assembleia de Freguesia

AAA

(Ana Pereira)





UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETÚBAL

(S. Julião, N.ª S.ª Anunciada, Sta M.ª da Graça)

SESSÃO N.º 3 DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

ATA N.º 3 EM MINUTA

Aos 11 dias do mês de JUNHO do ano dois mil e quinze, pelas vinte e uma hora, reuniu a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal, Presidida por **Ana Isabel Espada Pereira**, secretariada por Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço, como 1ª secretária, Dina Maria Ferreira Rocha Lança, como 2ª secretária e todos os eleitos presentes, conforme folha de presenças assinada. -----

Ponto um - Eleição de quatro vogais para o executivo: aprovado por maioria com 8 votos a favor; 6 votos contra e 4 votos em branco.

Ponto três - Discussão e votação da alteração do Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças: aprovado por unanimidade.

Ponto quatro - discussão e votação do Regulamento associativo: retinado da ordem de trabalhos.

Ponto cinco - Discussão e votação da Prozedura do Preço do Conhecimento - aprovado por unanimidade.

[Handwritten signature]

Para efeitos do nº 3 do Artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, as deliberações dos pontos números _____ constantes da ordem de trabalhos e acima discriminados, foram aprovados em minuta por: unanimidade; por maioria com _____ votos a favor; _____ abstenções; _____ contra.

A PRESIDENTE Ana Regina

A 1ª SECRETÁRIA Donatília Moço

A 2ª SECRETÁRIA Dina Maria

obido a
2/09/2015


ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETÚBAL DO MUNICÍPIO DE SETUBAL, REALIZADA AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E QUINZE

ATA Nº 3/2015

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, reuniu-se em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal do Município de Setúbal, na sede do Grupo Desportivo e Recreativo do Bairro do Liceu, sito na Av. de Moçambique nº 12, sub c/v -1, 2900-082 Setúbal. -----

A Mesa da Assembleia foi presidida por, **ANA ISABEL ESPADA PEREIRA (PS)**, secretariada por Donatilia Rosa Cavaleiro Peralta Moço (PS) como primeira secretária e Dina Maria Ferreira Rocha Lança (PS) como segunda secretária. -----

Compareceram os seguintes membros:-----

Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária -----

Maria Luís Alves da Silva Nunes; Joaquim Mário Augusto Guerreiro; Alberto Manuel de Sousa Pereira; Victor Manuel Serrano Cordeiro; Nuno Miguel Rodrigues Folques; Jorge Gordo Martins; Olinda de Jesus Batista Fidalgo Peixoto. -----

Bancada do PS – Partido Socialista -----

Paulo Alexandre Tavares Gomes; Paulo Jorge Oliveira da Silva; Pedro Alexandre Gonçalves Conde de Jesus; Ana Lúcia de Castro Godinho. -----

Bancada da Coligação de Por Setúbal, Por Si -PPD/PSD.CDS-PP -----

Pedro Gaivéo Duarte Luzio; Paula Cristina Lopes Claro; Carlos Alberto Calçada Cunha; Paulo José Teixeira da Silva Mateus. -----

Bancada do BE – Bloco Esquerda -----

Carlos Manuel dos Reis Branco. -----

EXECUTIVO DA JUNTA -----

Presidente – Rui Manuel do Rosário Canas (CDU) -----

Tesoureiro – Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU) -----

Secretário - Fátima de Jesus Carixas Silveirinha (CDU) -----

Não compareceram os seguintes membros: -----

João Luís de Matos Barreiros Poeira (CDU); Maria de Fátima Fernandes Ferreira (CDU); António José de Oliveira Freixo (CDU); Ana Maria Guerra Casqueiro Nieto (Coligação de Por Setúbal, Por Si).-----

A Presidente da Mesa após cumprimentar todos os presentes e de agradecer, em nome da Assembleia de Freguesia, ao Grupo Desportivo e Recreativo do Bairro do Liceu pela cedência da sala, que assim proporcionaram mais uma sessão descentralizada promovendo a proximidade da população aos eleitos concedendo-lhes a hipótese de intervirem na sessão expondo os seus problemas, deu por aberta a Sessão quando eram vinte e uma horas. No entanto lamentou que as

Caralung
↓

condições não fossem as melhores, visto que o espaço para além de ser pequeno era um pouco desprotegido, justificando ao mesmo tempo, que as Coletividades deviam ser tratadas de igual forma usufruindo do mesmo direito de proximidade com os eleitos independentemente das condições e área das instalações. Seguidamente procedeu à chamada, registando as presenças e os pedidos de substituição de alguns membros por não poderem estar presentes, a saber: João Luís de Matos Barreiros Poeira (CDU) (anexo 1) que tinha feito um pedido de substituição pelo membro da CDU, Emanuel Catarino Torres Mestre, que por sua vez tinha entregado um pedido de renúncia de mandato (anexo 2) e que foi substituído pelo membro seguinte na lista da CDU, Joaquim Mário Augusto Guerreiro, que tomou posse, tendo sido investido nas suas funções após verificada a legitimidade e a identidade do eleito pela Presidente da Mesa e este ter prestado o juramento legal (anexo 3); Maria de Fátima Fernandes Ferreira (anexo 4) que tinha feito um pedido de substituição pelo membro da CDU, Maria de Fátima Estrela Silva, que por sua vez tinha entregue um pedido de renúncia de mandato (anexo 5) e que foi substituído pelo membro seguinte na lista da CDU, Victor Manuel Serrano Cordeiro, que tomou posse, tendo sido investido nas suas funções após verificada a legitimidade e a identidade do eleito pela Presidente da Mesa e este ter prestado o juramento legal (anexo 6); António José de Oliveira Freixo (anexo 7) que tinha feito um pedido de substituição pelo membro da CDU, Nuno Miguel Rodrigues Folques, que tomou posse, tendo sido investido nas suas funções após verificada a legitimidade e a identidade do eleito pela Presidente da Mesa e este ter prestado o juramento legal (anexo 8); Ana Maria Guerra Casqueiro Nieto (Coligação de Por Setúbal, Por Si), que entregou um pedido de substituição (anexo 9) pelo membro da (Coligação de Por Setúbal, Por Si) Paula Cristina Lopes Claro; e Tiago Jorge Carrilho Oliveira (PS), que tinha entregue uma renúncia de mandato (anexo 10). -----

Seguidamente a Presidente da Mesa passou ao primeiro ponto da ordem de trabalhos: -----

A) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Pediu a palavra o munícipe, **José Fernandes Peralta**, morador na rua de Vanicelos, começando por agradecer ao Presidente da Junta a colocação de dois baloiços para as crianças no Parque de Vanicelos. No entanto lamentou que o acesso aos mesmos fosse bastante perigoso e ninguém tivesse feito nada no sentido de arranjar o pavimento, que estava danificado derivado às raízes das árvores terem provocado com que as pedras se soltassem, ficando fora do sítio, originando a abertura de grandes buracos causadores de quedas, tanto às crianças como aos adultos que as acompanham; outro problema eram os dejetos dos animais nos caminhos que por serem tantos dificultavam a passagem das pessoas. Terminou solicitando que tivessem mais atenção na limpeza e conservação do Parque de Vanicelos que, para além de bonito e saudável, também era uma zona de lazer e de convívio para crianças e idosos. -----

Teve a palavra a munícipe, **Carla Tavares**, demonstrando o seu desagrado pelo local escolhido para a Sessão da Assembleia, fazendo referência que a Presidente se tinha desculpado, no entanto as desculpas não se pediam, evitavam-se e tinha sido de bom-tom, se a Presidente ao verificar que as condições não eram as melhores tivesse rodado a sala, ficando os membros da Assembleia no exterior, ao frio, em vez da assistência, que no caso dela pôde ir ao carro buscar uma manta. Terminou questionando se as Sessões da Assembleia eram sempre feitas em locais idênticos, pois só demonstrava uma falta de respeito para com os fregueses da Freguesia e como freguesa exigia mais consideração. -----

Teve a palavra a munícipe, **Paula Batista**, solicitando informação sobre quanto tempo faltava para que o espaço envolvente do café onde se encontravam a realizar a Sessão da Assembleia, fosse arranjado, uma vez que apesar das promessas e de terem tirado fotos ao local, nada tinha sido feito para melhorar as condições do recinto. Terminou alertando para o facto de que no Inverno, com as chuvas e o mau tempo, toda a zona ficava pior e mais perigosa para a circulação das crianças e dos idosos, havendo maior risco e perigo de quedas. -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa referindo que em relação ao espaço já tinha justificado no início da Sessão e no que respeitava às condições atmosféricas, não estava ao seu alcance, pois para além de ser época de bom tempo, também o mesmo tinha estado estável até ao dia anterior, não lhe tendo sido possível prever que iria piorar. Quanto às outras Sessões da Assembleia de Freguesia, na sua maioria, tinham sido descentralizadas ou seja, são feitas nas diversas Coletividades da freguesia para que haja proximidade entre a população e os eleitos. Terminou a sua intervenção dizendo que seria ótimo todas as Instituições terem boas condições físicas para melhor receberem a população, mas como isso não acontecia, pelo menos todas tinham que ter o mesmo direito, sendo garantido um tratamento igualitário por esta Assembleia. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas, que após ter cumprimentado todos os presentes e ter agradecido ao Grupo Desportivo e Recreativo do Bairro do Liceu a cedência da sala, começou por responder ao senhor **José Peralta**, referindo que era de lamentar a falta de civismo que havia na população quanto aos dejetos dos canídeos, pois mesmo havendo meios e locais próprios para os recolherem não o faziam. Em relação ao problema em causa, tinham estudado fazer uma campanha de sensibilização à população, para que esta fosse mais sensível a esta questão e também para que tivesse conhecimento das coimas em que podiam incorrer. Quanto aos melhoramentos no Parque, a Câmara estava a estudar a melhor maneira de o requalificar, no entanto haviam zonas mais difíceis que outras por terem uma inclinação acentuada. Estavam previstos novos arranjos no jardim tanto na colocação de vegetação adequada ao local, como também na solução do problema das raízes que estão a danificar o pavimento, mas de forma a não danificar as árvores e a melhorar o acesso ao Parque Infantil que já foi todo recuperado e vedado. Continuando a sua intervenção e respondendo à **D. Paula Batista**, referiu que estava a ser feito um estudo para requalificar toda aquela zona, motivo pelo qual tinham andado a tirar fotos. A requalificação consistia não só numa zona em calçada, como também no reforço do muro, incluindo uma escada com piso aderente para evitar quedas e com um corrimão envolvente. Terminou a sua intervenção informando que a Junta tinha agendado ter a obra concluída até ao final do ano. -----
Seguidamente a Presidente da Mesa dando este período por encerrado, passou ao período antes da ordem do dia. -----

B) PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Pediu a palavra o membro da bancada do Bloco Esquerda, **Carlos Branco**, referindo que na realidade as condições atmosféricas não eram as melhores e que se alguém já tinha dito que a Casa da Baía não era adequada para reuniões desta natureza, o que diria do atual local! Então, solicitou autorização para que fosse criado um espaço de maneira a que o público ficasse colocado nas zonas laterais ocupando as traseiras das bancadas da Assembleia.-----

A Presidente da Mesa após questionar os membros da Assembleia se concordavam e uma vez terem sido unânimes com a ideia, esta foi posta em prática.-----

Seguidamente e uma vez estarem todos os presentes acomodados a Presidente da Mesa deu seguimento ao ponto da ordem de trabalhos em aberto, tendo dado a palavra ao membro da bancada da CDU, **Olinda Peixoto**, a qual referiu, ser a favor das Assembleias descentralizadas, mas havia que ter atenção quanto às condições a que se expunham as pessoas, dado que as atuais não tinham sido as mais convenientes, questionando o motivo por que não foram para a Capricho. Terminou dizendo que a sua intervenção tinha sido um protesto para com as condições da atual situação. -----

Em resposta, a **Presidente da Mesa**, primeiramente informou que a primeira Sessão da Assembleia tinha sido na Sociedade Musical “Capricho Setubalense“, em seguida referiu novamente que todas as Coletividades têm o mesmo direito, independentemente das condições físicas que possuem, se assim não fosse, estariam a discriminá-las de tal forma que algumas nunca iriam recebê-los, nem os Eleitos da Freguesia iriam estar perto da população desses bairros, interagindo assim com estes durante estes momentos formais da freguesia. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Paulo Mateus**, fazendo dois reparos; um consistia em que existia um documento sobre um apoio que a Junta tinha dado para um evento, mas que tinha o logotipo da Anunciada que já não existe. O outro é que no estacionamento da praia de Albarquel havia um sujeito a arrumar carros e a cobrar dinheiro, com um cartão identificativo passado pela Anunciada, o que é muito estranho e não deveria acontecer. -- Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Carlos Calçada**, perguntando qual tinha sido o apoio que a Junta tinha concedido para a fase final do Campeonato Juvenil de Andebol.-----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, **Alberto Pereira**, que após cumprimentar os presentes e pedir desculpa pelo atraso, referiu que não tinha recebido nenhuma convocatória para a reunião, solicitando que ficasse registado em ata. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Pedro Gaivéo**, questionando o Executivo de que forma a União de Freguesias de Setúbal apoiou a realização dos seguintes eventos - “Quarto Porco no Espeto”, um evento organizado pela “CAFÉS” e o outro nos Santos Populares organizado pelo Restaurante “RIOS”, sendo estas duas instituições, entidades privadas. -----

Teve a palavra a membro da bancada do PS, **Ana Godinho**, manifestando um **VOTO DE PESAR (anexo 12)** sobre “**Américo Salteiro** - antigo dirigente do Partido Socialista, falecido no passado dia nove de Junho, distinguiu-se nos interesses do Concelho de Setúbal e no Distrito, enquanto Deputado na Assembleia da República. A sua atividade Política e Cívica merece reconhecimento de todos, pelo que esta Assembleia reunida no dia onze de Junho vem apresentar as suas Condolências à família”. -----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao **Presidente da Junta**, Rui Canas, o qual começou por responder ao membro **Paulo Mateus**, que não tinha tido conhecimento do evento em questão, nem do cartaz com o Logotipo da Anunciada, referindo que quem tinha solicitado à Junta o empréstimo de um fogareiro e de mesas, tinha sido o Agrupamento 484 de Escuteiros da Anunciada. No que respeitava ao senhor que estava na Praia de Albarquel a arrumar carros, sem licença e que possuía um cartão abusivamente feito por ele, com o símbolo da Junta, era uma fraude. Também tinham tido conhecimento deste assunto o qual foi participado às entidades competentes para que atuassem. Respondendo ao membro **Carlos Calçada**, sobre o Campeonato de Andebol, referiu que tinha sido um apoio logístico muito diminuto, apenas tinham contactado a Câmara para que fosse disponibilizada a cantina de uma escola a fim de os participantes fazerem as refeições. Seguidamente respondendo ao membro **Pedro Gaivéo**, referiu que quanto aos Santos Populares tinham feito parcerias com algumas entidades mas só a nível de logística, com cedência de material e não monetária, para que alguns espaços públicos, como por exemplo o Largo da Ribeira Velha e o Largo da Fonte Nova, ficassem mais animados, passando-se o mesmo com alguns cafés dessas zonas, como por exemplo “O RIOS”, no entanto tudo foi a nível de logística ou seja, mesas, cadeiras, bancos, fogareiros e material decorativo. Terminou a sua intervenção fazendo referência que a Junta tinha um acordo com a Câmara no que concernia ao “Fado em Setúbal” e nessa parceria, sobre o projeto do fado amador, tinhamos direito a ter três ou quatro fadistas gratuitamente e/ou pagando apenas custos de deslocações. O Executivo achou por bem apoiar estas instituições, tanto a nível de trabalho como logístico, uma vez não possuir verba para o fazer financeiramente, no entanto no que estava ao alcance da Junta sem ser financeiramente, ajudou-as a animar o espaço público dando-lhe “vida” e promovendo a reabilitação do comércio na baixa da cidade. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Paulo Mateus**, referindo que o Presidente da Junta poderia ter mencionado no relatório os apoios que tem feito tanto a nível logístico como monetário, como por exemplo na requalificação da baixa de setúbal, valorizando mais o referido Relatório. -----

Pedi a palavra o membro da bancada do PS, **Paulo Gomes**, que após cumprimentar todos os presentes agradeceu ao Grupo Desportivo do Bairro do Liceu pela cedência das instalações. Seguidamente chamou a atenção para o facto do trânsito, durante as horas do almoço, na Av. de Angola, ficar caótico derivado ao mau estacionamento dos veículos que vão buscar e levar as crianças à Escola, o que coloca a vida das mesmas em risco. No entanto ao olhar-se para o Parque de estacionamento que existe no centro da referida avenida, verifica-se que os carros estão mal estacionados, talvez por não haver marcas no pavimento, mas se as mesmas fossem feitas, possivelmente, originava uma melhor organização no referido estacionamento, implicando menos confusão em frente à Escola. Continuando a sua intervenção referiu que descendo a Av. Antero de Quental para quem vem do Jumbo, local onde o trânsito está a ser alterado, há uma zona que deveria ser alterada antes da conclusão das obras, em termos de largura de faixa, pois se os carros têm dificuldade na passagem as camionetas têm muito mais. Seguidamente referiu que a Assembleia deveria fazer uma menção honrosa a um morador da freguesia de nome RENATO PAIVA, treinador de futebol juvenil, que se consagrou pela sexta vez, Campeão Nacional de Juvenis pelo Sport Lisboa e Benfica, o qual tem um carinho muito grande pela Cidade de Setúbal demonstrando-o nas suas entrevistas. Terminou a sua intervenção solicitando informação sobre o próximo evento FESTASSO e ao mesmo tempo questionando sobre o fecho de contas do ano passado, referente ao evento com o mesmo nome. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Pedro Gaivéo**, solicitando novamente, informação sobre como e em que é que a Junta participou no evento cuja referência é “O Quarto Porco no Espeto”. -----

Teve a palavra o membro da bancada do Bloco de Esquerda, **Carlos Branco**, referindo que também gostava de deixar uma menção honrosa a um Treinador de Andebol de Setúbal que, fazendo uma inovação, incluiu uma equipa de deficientes da APPACDM a disputar o Campeonato Nacional de Andebol e quando todos esperavam que perdesse, já ganhou dois jogos. Terminou referindo que foi uma grande coragem por isso quis deixar o seu apreço ao Danilo. -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa referindo que no passado mês de junho/2014 a bancada do Partido Socialista tinha apresentado à Mesa uma Recomendação de alteração ao trânsito na zona da Fonte Nova, para ser entregue ao Executivo. Na altura foi dito pelo senhor Presidente da Junta que iria expor o assunto à senhora Presidente da Câmara no âmbito do projeto “Ouvir a População, Construir o Futuro”, no entanto por não ter sido dada nenhuma resposta, pelo que solicitava esclarecimento pelo ponto da situação. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas, respondendo ao senhor **Paulo Mateus**, disse que nem tudo o que a Junta tinha feito estava espelhado no relatório, mas que futuramente esta questão iria melhorar substancialmente. Quanto ao problema que o membro **Paulo Gomes** tinha referido, sobre o estacionamento na Av. de Angola nas imediações da Escola Básica 2,3 du Bocage, a Câmara tinha conhecimento, já tinham estado no local durante o projeto “Ouvir a População, Construir o Futuro” e estava previsto uma alteração tanto no estacionamento dessa zona, como também na Av. Rodrigues Manito. Quanto às obras na Av. Antero de Quental o assunto era mais problemático, uma vez que tinha sido informado pelos técnicos, quando ele próprio tinha levantado algumas dúvidas sobre aquele projeto, de que estava tudo estudado e projetado incluindo as medidas necessárias para a circulação tanto dos carros como das camionetas. Quanto ao FESTASSO referiu que iria decorrer de 26 a 5 no Largo José Afonso, iria ter dois turnos, um de 26 a 30 e outro até ao final, estavam inscritas dezassete Coletividades e apenas uma Coletividade iria repetir o turno, tudo o resto estava organizado. Quanto ao relatório do ano passado, disse que era público e informou que iria solicitar aos serviços administrativos que o enviassem. Seguidamente pediu desculpas ao membro, **Pedro Gaivéo**, por não ter respondido à questão que este lhe tinha colocado, respondendo de que o apoio que a Junta iria conceder ao evento “O Quarto Porco no

Espeto” seria apenas logístico ou seja cedência de baias e mesas. No que respeitava aos cartazes disse não ter tido conhecimento antes de serem publicados, pois não tinham sido feitos pela Junta. -- O membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Paulo Mateus**, interveio referindo de que o cartaz estava no facebook da Junta e que teve que ser associado por um funcionário que é pago para isso e se não estavam bem deveriam ir para trás. Por fim questionou o Executivo de quanto iriam despende com o próximo evento FESTASSO. -----

O Presidente da Junta respondendo ao membro, Paulo Mateus, referiu, novamente, de que a Junta só tinha tido conhecimento dos cartazes quando estes já estavam publicados e na rua. Quanto ao estarem no facebook da Junta, tinha sido meramente como nota informativa e a única falha tinha sido não terem especificado que não era da responsabilidade da Junta. Quanto ao próximo evento FESTASSO estava orçamentado em quinze mil euros, conforme estava mencionado no Orçamento. Respondendo à **questão colocada pela Presidente da Mesa**, sobre o pedido de alteração do sentido do trânsito na zona da Fonte Nova, não estava esquecido, estava a ser estudada uma nova situação. No entanto referiu que os pilaretes, durante as gravações da telenovela, tinham sido tirados e a Câmara, uma vez terminadas as gravações, estava a dar o prazo de dois meses para ter uma ideia de como iria fluir o trânsito nessa zona. No que dizia respeito à abertura do trânsito na passagem entre a Rua José Carlos da Maia e a Vasco da Gama, a Câmara irá ter reuniões com os moradores desta zona a fim de ser feita uma reapreciação da situação. -----

A Presidente da Mesa, uma vez não haver mais intervenções deu por encerrado este ponto, passando ao ponto seguinte. -----

C) PERIODO DA ORDEM DO DIA -----

E deu início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos do dia – **ELEIÇÃO DE QUATRO VOGAIS PARA O EXECUTIVO**, dando a palavra ao Presidente da Junta, para que apresentasse a sua proposta.-----

Teve a palavra o Presidente da Junta referindo que segundo os poderes que a Lei lhe confere irá propor quatro nomes que irão preencher os quatro lugares vagos para vogais, a saber: -----

1º Vogal - JOAQUIM GUERREIRO; -----

2º Vogal - NUNO FOLQUES; -----

3º Vogal – CARLOS BRANCO; -----

4ª Vogal – MARIA LUÍS NUNES. -----

A Presidente da Mesa pediu à funcionária, Luísa Marques, que distribuísse os boletins de voto e seguidamente passou a chamar os membros da Assembleia, um a um, para que colocassem os votos dentro da urna, exercendo assim o direito ao voto. Após todos terem exercido o direito de voto, a Presidente da Mesa antes de abrir a urna, chamou à Mesa um elemento de cada bancada para confirmarem a contagem dos votos para o preenchimento de quatro vogais no Executivo, segundo a lista apresentada pelo senhor Presidente da Junta, cujo resultado foi de oito votos a favor; sete contra e quatro em branco (anexo 13), ficando aprovada. Em seguida os quatro vogais tomaram os respetivos lugares no Executivo. -----

O membro da bancada do Bloco Esquerda, Carlos Branco, antes de tomar o lugar no Executivo, agradeceu a todos os membros da Assembleia toda a compreensão e todo o trabalho realizado desejando-lhes a continuação de um bom trabalho. -----

A **Presidente da Mesa** procedeu à recomposição da Assembleia começando por chamar os ex-membros do Executivo, **Ciro de Sá Silva** que assumiu o seu lugar, e **João Victor Miranda Inácio**, que por ter entregue um pedido de substituição (anexo 11), foi substituído pela membro **Ana Lúcia de Castro Godinho**, a qual se manteve assim em funções na bancada (na presente sessão) do Partido Socialista, tendo saído desta bancada o membro **Pedro Alexandre Gonçalves Conde de Jesus**; seguidos dos ex-membros do Executivo, **Maria Cristina Pires Diz Viegas** e **Victor José Ferreira Vargas dos Santos Baptista**, para retomarem os seus lugares na bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, tendo saído desta bancada os membros, **Paulo José Teixeira da Silva Mateus** e **Carlos**

Alberto Calçada Cunha, respetivamente. A Presidente da Mesa felicitou os novos membros tanto os do Executivo como os da Assembleia desejando-lhes um bom trabalho no novo cargo que iriam desempenhar. Continuando o trabalho de recomposição da Assembleia, começou por chamar os novos elementos da bancada da CDU, a saber: Gertrudes Rosário da Silva Mateus, que tomou posse, tendo sido investida nas suas funções após verificada a legitimidade e a identidade do eleito pela Presidente da Mesa e este ter prestado o juramento legal (anexo 14); Mário Fernando dos Santos Peixoto, que tomou posse, tendo sido investida nas suas funções após verificada a legitimidade e a identidade do eleito pela Presidente da Mesa e este ter prestado o juramento legal (anexo 15); José Carlos da Piedade do Carmo. **Interveio o membro da bancada da CDU, Jorge Martins**, esclarecendo a Presidente da Mesa de que como o Partido Comunista e Os Verdes faziam parte de uma Coligação (CDU), quem estava no seguimento da lista era um elemento dos Verdes e neste caso, Maria Eugénia da Ascensão Gomes Matias, que se encontrava doente e internada no Hospital e caso a Assembleia consentisse poderiam chamar o elemento de Os Verdes seguinte. ----- A Presidente da Assembleia disse que isso não era possível, uma vez que só poderiam passar para o membro seguinte se o membro em questão já tivesse tomado posse e pedisse a sua substituição, o que não acontecia. Passou então a registar que o membro da bancada da CDU, Maria Eugénia da Ascensão Gomes Matias, tinha faltado. Em seguida chamou a membro da bancada do Bloco de Esquerda, Silvana Cassaca Parreira Paulino que tomou posse, tendo sido investida nas suas funções após verificada a legitimidade e a identidade do eleito pela Presidente da Mesa e este ter prestado o juramento legal (anexo 16). -----

Pedi a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas, agradecendo aos membros que tinham saído do Executivo, lembrando que apesar das diferenças entre eles tinha ficado uma relação de amizade, de estima e de consideração, desejando-lhes um bom desempenho no novo cargo; felicitou os que tinham chegado de novo ao Executivo desejando-lhes um bom trabalho e relembrando-lhes que iriam ter mais responsabilidade nas novas funções. -----

A Presidente da Mesa passou ao ponto dois da ordem de trabalhos do dia – **APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE**, colocando-a para discussão. No entanto fez um reparo ao Executivo referindo que, uma vez mais, faltava a informação financeira / contabilística e para que a Assembleia acompanhasse o trabalho do Executivo teria que possuir os documentos para análise. -----

Pedi a palavra a membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Cristina Diz**, começando por desejar um bom trabalho ao novo Executivo, mencionando ter sido uma honra ter feito parte do mesmo, apesar das diferenças existentes entre eles as quais foram sempre de nível político e não de nível pessoal. Seguidamente, em relação à Informação Escrita do Presidente, sugeriu que as siglas, na parte onde especificavam as reuniões realizadas pelo senhor Presidente, estivessem identificadas por extenso para um melhor entendimento; sugerindo ao mesmo tempo que também deveriam estar mencionados os objetivos dessas reuniões. Quanto ao acompanhamento financeiro que estava em falta, concordava com o que tinha sido dito pela Presidente da Mesa, não compreendendo a razão de só aparecer em algumas o valor do subsídio dado, gostaria de saber qual o critério utilizado, dando como exemplo o valor de trezentos e cinquenta euros atribuídos “A CASA”, no “ARRAIAL MARÇO MULHER” um valor de cento e cinquenta euros, mas em relação ao “DIA DO PESCADOR”, às Comemorações do “25 DE ABRIL” e outros não aparecia nenhum valor. Na parte das Representações Institucionais, referiu que gostaria de saber qual tinha sido e no que tinha constado a iniciativa da “Semana Aberta” no IEFP - Centro de Emprego e Formação Profissional de Setúbal. Quanto à retirada dos Polos de funcionários do quadro, disse não concordar dando opinião de que se deveria manter uma pessoa do quadro em cada Polo, referindo que os funcionários dos Polos recebem dinheiro tanto de atestados como de licenças de canídeos e uma funcionária sendo prestadora de serviços não pode receber abono para falhas portanto também não pode lidar com dinheiro. No que respeitava às intervenções feitas no Parque das Merendas da Comenda, sugeriu

que fosse feito um alisamento de terra na zona da entrada, uma vez que o piso está danificado e com muitos buracos. No setor Socio Comunitário, na parte dos acompanhamentos domiciliários, gostaria de saber qual a funcionária que fazia esse tipo de serviço e quais os apoios que a Junta dava, principalmente nos mais problemáticos, que necessitavam de acompanhamentos especiais e que a Junta não tinha meios para o fazer como por exemplo as pessoas alcoólicas. -----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta, Rui Canas, para que respondesse às questões colocadas. -----

O Presidente da Junta, Rui Canas, começou por referir de que não se tinha apercebido de que a sua informação não tinha sido acompanhada da parte financeira. Quanto à identificação das reuniões mencionadas no relatório, tanto nas siglas como nos objetivos, para o próximo relatório iriam ter isso em conta. Com respeito à identificação financeira referente aos eventos, as que estavam mencionadas eram as pontuais porque as outras estavam referenciadas no Orçamento. Quanto ao pessoal contratado informou que o Jurista da Junta deu parecer favorável no que dizia respeito a lidarem com dinheiro, só não podiam receber abono para falhas. Seguidamente informou que para a questão dos assuntos Socio Comunitários da Junta existia uma funcionária Técnica direcionada para esse setor que trabalhava em conjunto com Assistentes Sociais da Segurança Social e que para além das visitas domiciliárias serem feitas pelas duas partes, Junta e a Segurança Social, também os casos mais problemáticos são encaminhados para outros setores. Terminou a sua intervenção referindo que o Parque das Merendas da Comenda era um Parque Privado de Utilidade Pública, ou seja pode ser frequentado pelo público mas não podem ser feitas modificações no espaço sem consentimento dos donos. Por esse motivo a Junta elaborou um projeto sobre os melhoramentos a serem feitos para que ficasse em condições de ser utilizado e antes do mesmo ser posto em prática a Junta reuniu com a família herdeira do senhor Xavier de Lima para que o analisassem e caso concordassem dessem autorização para a sua execução. Quanto ao Quiosque terá que estar nas condições exigidas pela ASAE- Autoridade de Segurança Alimentar Económica. No que respeita à fossa, a sua limpeza é da responsabilidade da Câmara a qual tem um protocolo com a LIMPERSADO, empresa que faz esse serviço. Quanto ao acesso, estava mau, mas a Junta já tinha exposto este assunto às Estradas de Portugal e estava a aguardar que fossem feitos melhoramentos. -

Pediu a palavra a membro da bancada do Partido Socialista, **Paulo Silva**, questionando se as pessoas que irão transitar para a sede da Junta e que nos polos recebiam abono para falhas continuam a recebê-lo ou que por irem ter novas funções deixam de o receber. No caso de não receberem, questionou qual seria a mais-valia dessas pessoas mudarem de Polo e ao mesmo se a Junta sabia a opinião das pessoas que iriam ficar lesadas e se elas tinham concordado com essa situação. -----

Em resposta ao membro Paulo Silva o **Presidente da Junta**, Rui Canas, informou que as alterações estavam relacionadas com um melhor funcionamento dos serviços, pois ficando as funções principais centralizadas no mesmo edifício facilitaria a coordenação dos trabalhos que interagem entre si com mais rapidez e eficiência. Quanto aos funcionários que já perderam o direito de receber o abono para falhas por terem mudado de funções, pediram parecer ao sindicato sobre o referido assunto e aguardam resposta. Quanto às funcionárias que irão ser transferidas, depois de contactadas, disponibilizaram-se para o fazer. -----

Pediu a palavra a membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Cristina Diz**, alertando o senhor Presidente da Junta, Rui Canas, para o facto de não lhe ter dado resposta sobre o assunto que tinham tratado na “Semana Aberta” no IEF- Instituto de Emprego e Formação Profissional. -----

Em resposta o Presidente da Junta, **Rui Canas**, disse que não lhe poderia retratar o que se tinha passado na reunião porque não tinha estado presente, tinha delegado essas funções a uma funcionária que o representou. -----

Pediu a palavra a membro da bancada do Partido Socialista, **Paulo Silva**, fazendo um reparo ao senhor Presidente da Junta de que uma vez não ter ido à referida reunião, deveria ter-se informado

junto de quem o tinha feito afim de saber o que nela tinham tratado. Seguidamente solicitou que lhe fosse enviado via correio eletrónico a Reconciliação Orçamental para a analisarem e ser discutida na próxima sessão. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta, **Rui Canas**, referindo que sobre os pormenores que se tinham passado na reunião referente à “Semana Aberta” não sabia, no entanto tinha conhecimento de que iriam dar a conhecer as novas atividades, as novas áreas de formação e os novos cursos que o Centro iria ter. Quanto à questão financeira em falta irá recebê-la por correio eletrónico. -----

Pediu a palavra a membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Cristina Diz**, questionando se haveria alguma iniciativa que estivesse mencionada no documento apresentado e na qual não tivessem comparecido. Terminou a sua intervenção referindo que estava mencionada uma reunião da APSS, reunião relacionada com a Lota que era o seu pelouro e que no entanto não tinha sido convidada.-----

Foi-lhe respondido pelo senhor Presidente da Junta, que estava tudo correto e ao mesmo tempo fez referência de que tanto podia ser ele a comparecer nas reuniões como alguém a quem ele delegasse essas funções. -----

Pediu a palavra a membro da bancada da do Partido Socialista, **Paulo Silva**, chamando a atenção para o facto da **Informação** referente ao contrato de leasing inerente à aquisição de uma viatura que teve a aprovação da Assembleia em 18.12.2014, ter sido alterada pelo Executivo, mudando a autoridade bancária, sem ter sido apresentada em Assembleia. Terminou referindo que o que estava em causa não era o dinheiro, mas sim o procedimento, com a agravante de que não tinham apresentado o suporte da documentação. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta, **Rui Canas**, explicando que o banco onde tinha sido feito o leasing, o qual tinha sido aprovado na Assembleia em 18/12/2014, na altura da entrega dos documentos para formalizar o contrato exigiu que tanto o Presidente como a Tesoureira ficassem como fiadores, o que iria implicar encargos para os familiares de ambos, uma vez que o contrato de pagamento iria prolongar-se por mais um ano que a duração do presente mandato o que complicava ainda mais esta questão, que não tinha razão de ser. No entanto e depois do nosso jurista analisar esta questão informou-nos de que como já tinham sido aprovados os montantes em questão os mesmos tinham que se manter caso mudássemos de instituição bancária. Terminou a intervenção referindo que foi o que aconteceu, no entanto depois da mudança de banco ficou tudo igual, apenas foi reduzido em dois euros o valor mensal da mensalidade. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Pedro Gaivéo**, solicitando ao Executivo que fizesse chegar aos membros da Assembleia a nova simulação de leasing da viatura feito pelo BPI – Banco Português de Investimento. -----

A Presidente da Mesa por não haver mais intervenções deu por encerrado este ponto e passou ao terceiro ponto da ordem de trabalhos do dia – **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS**, colocando o mesmo para discussão. ----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, **Alberto Pereira**, explicando que conforme tinha sido aprovado em Assembleia, o grupo de trabalho composto pelos membros Paulo Mateus (Coligação Por Setúbal, Por Si), Paulo Gomes (Partido Socialista) e por ele, Alberto Pereira (CDU), tinham reunido e feito as alterações ao Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças que todos receberam nos documentos para a presente Sessão de Assembleia. O membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, explicou as alterações que tinham sido feitas, corrigindo e acrescentando o Valor/hora do funcionário (Vh) à fórmula $TSA = Tme \times vh + Cg/Ne$, no número 2 do Artigo 5º, pedindo desculpas pelo lapso. Informou que ao aplicarem esta fórmula originou uma pequena diferença nos custos, no entanto era um processo mais lógico e mais compreensível. Referiu que as taxas dos Mercados mantiveram-se iguais derivados há falta de conhecimento da área das bancas, no entanto após as requalificações dos referidos Mercados fariam a correção. -----

A Presidente da Mesa, uma vez não haver intervenções colocou a **ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS** para aprovação, tendo ficado **aprovado por unanimidade**. Seguidamente passou ao quarto ponto da ordem de trabalhos do dia - **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO ASSOCIATIVO**, colocando o mesmo para discussão, No entanto antes de passar a palavra aos membros inscritos, deu os parabéns ao Executivo pela execução do Regulamento Associativo, referindo que foi um ato positivo a existência de um documento que fosse transparente e que traçasse as linhas gerais daquilo que seria o apoio ao Movimento Associativo e às Associações em geral. -----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, **Alberto Pereira**, referindo que tinha lido o artigo 4º Candidaturas, onde pedem uma série de documentação e questionou se uma Coletividade que peça à Junta, o empréstimo de um fogareiro e de uma ou três mesas, justificar-se-á pedirem aquela documentação toda, como seja o documento identificativo, a entrega dos cartões, o Plano de Atividades e Orçamento, O Relatório, a Declaração das Finanças e da Segurança Social em como não têm dívidas, isto tudo para emprestarem o material uma semana. Terminou referindo que era burocracia a mais e se fosse o pedido de um subsídio monetário ainda se compreendia. -----

Pediu a palavra o membro da bancada, **Paulo Gomes**, referindo que quanto aos critérios de ponderação gerais apresentados existe um, que na sua opinião, não faz sentido ou seja – “Participação em iniciativas lançadas pela Junta de Freguesia”. Passando a explicar que um clube, ou associação e/ou qualquer outra entidade desportiva/recreativa, no caso de necessitar de algum apoio da Junta, não deveria estar dependente de obrigatoriedade em participar nas iniciativas da Junta, pois na programação das suas atividades pode não ter tempo disponível para o fazer. Logo esta alínea deveria ser retirada porque assim sendo estavam a discriminar uma Associação que trabalha demasiado e outra que entra em uma ou duas atividades da Junta de Freguesia. -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa referindo que tinha algumas sugestões a colocar: -----

No **artigo 1º** – No âmbito da aplicação – que está demasiado objetivo conciso, deveria ser mais genérico. Onde diz “execução de obras, à realização de atividades e à informação e defesa do consumidor” isto é demasiado redutor, pois tudo o que não esteja incluído nestas quatro características deixa de existir. E propôs: “realização de atividades ou ações de cariz pontual ou regular.” Referiu que assim é mais abrangente. No **artigo 3** diz que os apoios a prestar pela Junta podem ser de dois tipos: Financeiro e Logístico, neste último referem-se a cedência, temporária ou definitiva, de meios humanos e/ou materiais. No entanto a Junta não pode fazer cedência de meios humanos, é ilegal. Referiu que só por esse lapso o regulamento tem que voltar ao Executivo. No **artigo 5º** No ponto 1 – “As candidaturas deverão ser apresentadas, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias, tendo... apoio.” No ponto 3 – “Recebido o requerimento.....decidir no prazo de 10 dias.” No ponto 5 - “Caso se verifique alguma desconformidadeno prazo de 5 dias, será indeferido.” Concluindo assim que esta proposta de regulamento torna o processo de pedido de apoio demasiado moroso e extenso, inviabilizando o apoio de várias iniciativas realizadas pelo associativismo da freguesia. No **artigo 6º** ponto 6 – “As Associações estão obrigadas a apresentar relatório de execução. Questionou a que relatório se referiam dando opinião de que deveria existir uma minuta para que se conhecesse que tipo de execução era. No nº 1, do **artigo 7º** -, referiu que o tinha lido, no entanto não tinha entendido bem o que se pedia, ou seja quem iria avaliar, referindo que quanto ao Presidente da Junta sabia-se quem era, quanto aos restantes o documento não era muito claro solicitando dúvidas sobre o vogal do associativismo e o vogal responsável do Pelouro. Salientou que tudo aquilo tinha a ver com o responsável, com quem iria apresentar o parecer, mas não estava bem explícito e o conteúdo do texto deveria ser revisto para uma melhor compreensão.-----

O Presidente da Junta, Rui Canas, interveio dando o exemplo de que uma Associação de Pais fazia um requerimento, quem tinha acompanhado essa Associação era quem tinha o pelouro da Educação, mas havendo uma pessoa que acompanhava as ações do Associativismo teria que ter

noção dessa situação, no entanto quem daria o parecer do conteúdo sobre a ação era quem tinha a educação e que acompanhava as Associações de Pais. Informou que estavam a falar de uma situação que poderia ter que juntar três pareceres de pessoas diferentes.-----

A **Presidente da Mesa** referiu que com a explicação dada pelo senhor Presidente entendia-se melhor, mas a leitura do texto do nº 1 do artigo 7º era bem mais confusa e menos perceptível, por esse motivo deveriam procurar uma forma mais transparente, mais compreensível e legível, visto ser um documento de uma entidade oficial que tinha que ser lido e entendido por todos. Quanto à **alínea b) do nº 2 do mesmo artigo** o qual já tinha sido referenciado pelo membro da sua bancada Paulo Gomes, corroborava com ele. Na alínea j) do mesmo artigo, referiu não ser necessário a palavra “desenvolvimento”. A alínea i) do ponto nº 3 do artigo 7º é igual à alínea i) do ponto 2 do mesmo artigo 7º. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação por Setúbal, por Si, **Victor Batista**, que após dar as boas noites, informou que o Regulamento em questão tinha sido elaborado por três elementos do Executivo, ou seja ele, a Tesoureira Eugénia e o Vogal João Inácio e uma vez que o mesmo estava a ter tantas alterações sugeriu que fosse retirado e elegessem uma nova Comissão de trabalho para o alterarem. -----

A **Presidente da Mesa** informou que como tinha sido uma proposta do Executivo, depois de alterada teria que ir novamente a reunião de Executivo para ser aprovada e só depois iria a Sessão de Assembleia. Continuando os reparos e alterações sobre o referido Regulamento disse que no **nº 2 do artigo 9º** onde se lia artigo 22º, não se compreendia a que se referia, devendo ler-se outro artigo qualquer, porque este não existia. No **ponto nº 3 do artigo 10º** deveria ler-se “A proposta de protocolo deve ser apresentada pelo Presidente à Junta de Freguesia e submetidos à Assembleia para aprovação de acordo com a alínea h) do nº 16º da Lei - 75/2013, de 12 de Setembro, desde que os mesmos impliquem a utilização de equipamentos da Junta de Freguesia por parte das instituições. Terminou referindo que se a Assembleia concordasse solicitaria ao Executivo que retirasse a Proposta para que fosse revista, clarificada e apresentada em nova Sessão de Assembleia. Seguidamente colocou para apreciação dos membros a proposta. -----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, **Jorge Martins**, dando opinião de que tendo em conta existir dois tipos de Movimento de Associativismo, ou seja um mais formal outro menos, implicando que uns necessitam de ajuda financeira e outros apenas de ajuda logística, deveriam ser elaborados dois Regulamentos.-----

Pediu a palavra a membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Cristina Diz**, para responder ao membro Jorge Martins, dizendo que o tinha compreendido no entanto a questão não se colocava em haver dois tipos de Movimento de Associativismo mas sim em haver duas maneiras diferentes da Junta apoiar essas instituições, ou seja dando apoio logístico o que não implicava verbas e apoio financeiro que já implicava atribuição de verbas e segundo a lei atual todos esses documentos que são solicitados são necessários para que tudo seja legal. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas, informando que tinha sido criada uma Comissão de Trabalho, abrangido várias bancadas, para elaborar este Regulamento que por sua vez foi apreciado em reunião pelo Movimento Associativo. Seguidamente esteve em Consulta Pública a fim de ser apreciado e não houve alterações. Após o tempo necessário e legal em que esteve para consulta pública, foi aprovado em reunião do Executivo, chegou à Assembleia para ser aprovado e colocaram estas questões todas. Enfim nós estamos cá para fazer melhor, só que têm que ter em conta que existem parâmetros legais a cumprir-se, para além de que existem instituições e clubes menos formais e que prescindem de certas formalidades e cujos apoios também são diferentes. -----
Não havendo mais assuntos a expor sobre este ponto a **Presidente da Assembleia questionou** o Executivo se retiravam a proposta sobre o Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, a fim de serem feitas alterações ficando para ser aprovado na próxima Sessão de Assembleia, ou se queriam que o mesmo fosse votado. -----

O Presidente da Junta, Rui Canas, em nome de todo o Executivo respondeu que retiravam a proposta e apresentavam-na há posteriori na próxima Sessão da Assembleia, depois de aprovada em reunião do Executivo.-----

A Presidente da Assembleia confirmou a retirada da Proposta sobre o Regulamento Associativo e passou ao quinto ponto da ordem de trabalhos do dia:-----

5 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONCURSO, tendo colocado o mesmo para discussão.-----

Teve a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas, informando que o pedido de prorrogação teve a ver com o próprio concurso, havendo prazos que a lei obriga a cumprir e o tempo vai passando, no entanto entramos na fase das entrevistas e são quatrocentas pessoas para avaliar com toda a papelada inerente aos processos. -----

A Presidente da Mesa não havendo questões a serem colocadas, colocou este ponto para votação, tendo ficado aprovado por unanimidade.-----

A Presidente da Mesa informou que tinha sido entregue na Mesa uma **RECOMENDAÇÃO da bancada do Bloco de Esquerda – Em defesa do financiamento das Autarquias Locais (Anexo 17)**, no entanto ela não tinha sido apresentada no devido tempo, derivado a não ter sido vista e colocou à consideração da Assembleia se a poderia pôr para discussão. O membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, referiu que como era uma recomendação não tinha que ser discutida e se já estava entregue era tudo quanto bastava. No entanto a Presidente da Assembleia referiu que pelo menos iria ser distribuída por todos, a fim de não haver discriminação e com isto deu a palavra ao membro da bancada do Bloco Esquerda, Carlos Branco, para que resumisse a referida recomendação. -----

Pedi a palavra o membro da bancada da Coligação por Setúbal, por Si, **Victor Batista**, referindo que o que tinha sido distribuído e resumido não tinha o carácter de Recomendação mas sim de Moção e teve pena de não ser discutida.-----

Não havendo mais nenhuma intervenção nem nenhum assunto a tratar, a Presidente da Mesa, após ler as deliberações feitas em minuta desta ata, colocou a mesma para votação, a qual ficou aprovada por unanimidade e deu por encerrada a Sessão, quando eram vinte e quatro horas.-----

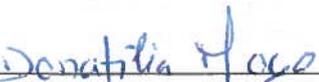
E para constar se lavrou a presente ata que contem doze páginas e que depois de aprovada em Sessão da Assembleia de Freguesia, vai ser assinada e autenticada pelos membros da Mesa. -----

REDIGIDA E DACTILOGRAFADA POR: Maria Luisa Marques
CORRIGIDA POR: Donatília Moço

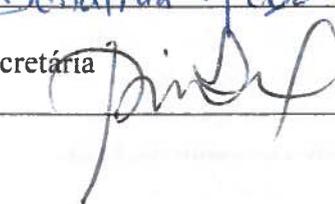
Presidente da Assembleia de Freguesia



1ª Secretária



2ª Secretária





Bloco de Esquerda

(ANEXO 17)

Recebido em A. J. J. J.
11/06/2015

Recomendação

Em defesa do Financiamento das Autarquias Locais

Considerando que:

Apesar de não existir ainda qualquer estudo rigoroso, sobre as consequências financeiras para as autarquias locais, resultantes dos programas de austeridade impostos ao país nos últimos anos, é porém possível constatar que, se agravaram as restrições à autonomia e gestão do poder local, com as consequentes dificuldades de resposta às populações e a diminuição da qualidade dos serviços. A título de exemplo, o recente limite para as despesas com pessoal – que não pode exceder 35% da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, o que empurra a maioria dos municípios e freguesias, para enormes dificuldades de gestão do quadro de pessoal. Entre 2011 e finais de 2013 já diminuiu em mais de 15.000 o número de trabalhadores dos municípios. No regime salazarista, em que não existiam verdadeiras autarquias locais, as receitas das administrações municipais, para além dos subsídios centrais, eram constituídas por impostos diretos (adicionais às contribuições e impostos do Estado, imposto de prestação de trabalho, imposto para o serviço de incêndios, imposto sobre espetáculos, imposto de comércio e indústria adicional à contribuição industrial, imposto de turismo), impostos indiretos (sobre gados, géneros e artigos para consumo vendidos no concelho) e diversas taxas. Após a instalação das autarquias locais com órgãos eleitos, o financiamento dos municípios e freguesias foi tendo alterações. Por exemplo, e sobre uma matéria bem atual, uma Taxa Municipal de Transportes criada em 1983 destinada ao financiamento dos sistemas de transportes coletivos urbanos de passageiros nunca chegou a ser concretizada. Uma taxa entre 0,5% e 1,5% incidia sobre o valor dos salários pagos pelas empresas com 10 ou mais trabalhadores, prevendo certas isenções. A lei nº 73/2013 de 3 de Setembro (a nova Lei das Finanças Locais) aponta como nova receita das freguesias a participação de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos. No entanto a nova lei das finanças locais extingue o imposto municipal sobre transmissões de imóveis, sem que contudo seja extinta a obrigação fiscal, que passa a ter o Ministério das Finanças como beneficiário da respetiva receita. Mas é principalmente com o corte das transferências financeiras para as autarquias que o governo, desrespeitando a própria legislação das finanças locais, onde o total das transferências para as Áreas Metropolitanas, está a ser neste ano de 2015 de cerca de 5,5 milhões, quando deveria ser superior a 8 milhões de euros. A Área Metropolitana do Porto com menos 419.000 euros e a Área Metropolitana de Lisboa com menos 210.000 euros são exemplo dos cortes nas transferências do Orçamento do Estado. Também o Fundo de Financiamento das Freguesias foi cortado em mais de 90 milhões de euros desde 2011.



Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Setúbal, recomenda que a autonomia financeira das autarquias locais seja encarrada e defendida, como um aspeto essencial da autonomia local.

- 1 - Não há autonomia local sem atribuições, sem competências, sem pessoal, sem recursos financeiros.
- 2 - O artigo Ducentésimo Trigésimo Quinto (235º) da Constituição Portuguesa, salienta que: “A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais”.
- 3 - O preâmbulo da Carta Europeia de Autonomia Local, ratificada por Portugal em 3 de outubro de 1990, considera as coletividades territoriais como fundamento principal de qualquer regime democrático para enaltecer uma administração próxima das e dos cidadãos e com os meios necessários para gestão eficiente dos assuntos locais.
- 4 - Defender e exigir o Financiamento das Autarquias Locais, necessário ao seu bom desempenho perante as necessidades das populações e enviar esta recomendação à ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, Assembleia Municipal de Setúbal, Ministério da Administração Interna e Ministério das Finanças.

Setúbal, 11 de junho de 2015

Bloco de Esquerda